

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a Ordem e o Progresso: Uma Cidade de Portas Fechadas

Isabel Cristina M. M. Borges*

Resumo: Essa pesquisa é baseada em informações retiradas de jornais de Juiz de Fora e trata sobre os conflitos sociais encontrados pela população no desenvolvimento desta cidade, no período de 1896 a 1914.

Palavras-Chave: cidades – jornais – conflitos sociais

Abstract: This research is based on informations which were found in newspapers from Juiz de Fora and talk about the social conflicts the people had in the period between 1896 and 1914 when that city was developing.

Keywords: cities – newspapers – social conflicts

Esse trabalho pauta-se em informações encontradas nos jornais da cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, no período que 1896 a 1914. O ano inicial marca o surgimento, na cidade, do Jornal do Comércio, uma dos mais importantes periódicos locais desse período, o qual, já nos primeiros anos de fundação, já se colocava como “a folha de maior circulação do Estado de Minas Gerais”¹. Além do Jornal do Comércio, utilizaremos aqui também resultados de pesquisas no Jornal Diário Mercantil, que começa a circular na cidade em 1912.

O recorte final tem como principal justificativa o impacto ocasionado pela deflagração da I Guerra Mundial. Percebemos aqui como esta influenciou e transformou, paulatinamente, os discursos jornalísticos pautados na certeza do *progresso* e na supremacia do *moderno* que caracterizaram as últimas décadas do século XIX até o advento da Guerra.

Nosso foco será perceber alguns aspectos sobre as dificuldades encontradas com a oportunidade da convivência, geralmente marcada por conflitos, preocupações e esperanças, que permeavam as vidas das pessoas em um centro urbano, que como muitos outros no Brasil naquele momento, crescia envolto por muitas potencialidades, e, principalmente, contradições entre o rural e o urbano, entre o velho e o novo. Esses aspectos são muito interessantes, se buscarmos perceber nos mesmos, situações embrionárias de muitos problemas com os quais convivemos nas cidades contemporâneas, agora em proporções bem

¹* Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Jornal do Comércio, todos os exemplares de 1898.

mais acentuadas, porque, para sua maioria, não se encontraram soluções realmente eficazes no momento em que se gestavam.

Juiz de Fora surgiu, como muitas outras, uma vila à beira do Caminho Novo, estrada aberta no século XVIII para transportar ouro das Minas para o Rio de Janeiro. Chamava-se inicialmente Santo Antônio do Paraibuna (passando a Juiz de Fora em 1865), vindo a destacar-se na região da Zona da Mata de Minas Gerais, principalmente após a instalação de famílias nobres na região, que, beneficiando-se da política imperial de distribuição de sesmarias, fundaram aqui suas fazendas, especializando-se na produção de café, a partir da 2ª metade do século XIX. Nacionalmente, tratava-se de um período complexo, marcado por inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, não só nos anos derradeiros do Império, como também com o advento da Abolição da Escravidão, assim como da República.

Ao constituiu-se como município na complexidade do século XIX, Juiz de Fora cresce influenciada naturalmente por uma maior proximidade geográfica e um conseqüente intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, diferenciando-se da tradicional cultura colonial mineira que caracteriza as cidades surgidas no século XVIII, filhas do ouro e do barroco. (CHRISTO, 1994: 11)

A cidade destaca-se no contexto de transição para o capitalismo até a década de 1920, quando a capacidade da produção cafeeira regional voltada para a exportação fez da cidade portadora de grande potencialidade em desenvolver e diversificar sua economia no âmbito urbano-industrial. Assim, em torno do complexo cafeeiro instalado na região, do investimento dos fazendeiros através dos excedentes econômicos dessa produção, tornou-se possível, não só a industrialização, mas o desenvolvimento de diversos outros setores que se vinculavam a demandas resultantes desse processo, como bancos, comércio, ferrovia, etc., gerando e reproduzindo um capital endógeno. (PIRES, 1997: 145).

A *elite* da região sul Zona da Mata Mineira no Brasil Imperial na segunda metade do século XIX era formada principalmente de famílias vinculadas ao café ou à cultura de alimentos voltada para o comércio, além da atuação empreendedora de alguns industriais de origem nacional, sem vínculo direto com a cafeicultura. Esses grupos, porém, possuíam um aspecto comum: uma identidade caracteristicamente ambígua (moderna e conservadora), que vê na Corte sua principal referência, inspiração e comprometimento político, além de uma ponte direta com o ideário europeu. (GOODWIN JR., 1996: 86)

É justamente a percepção dessas contradições que vamos buscar na imprensa da cidade, que se desenvolveu efetivamente a partir da década de 1870. Os principais jornais da

cidade seguiam bem a estrutura dos diários europeus, principalmente dos que circulavam em Paris. Um dos mais importantes editores da França nesse período foi o Sr. Emile de Girardin, considerado por Walter Benjamin como um divisor de águas na história do jornalismo e da literatura, sendo responsável por três inovações importantes: a preocupação em reduzir o preço das assinaturas, para ampliar o número de leitores dos jornais, inaugurando assim a fase da grande tiragem de exemplares; o anúncio, ou “*réclame*”, como forma de patrocínio, fornecendo à informação um tom de “utilidade mercantil”; e ainda a introdução do romance folhetim publicado diariamente, proposta que visava inicialmente funcionar como “isca” para atrair e manter os leitores, mas que acabou por revolucionar os bastidores do universo literário. (BENJAMIN, 1989: 23-24).

Girardin tornou-se referência por aqui. Notamos sua influência através da reprodução nos jornais de artigos do próprio editor e principalmente observando que estes seguiam o modelo das publicações de Girardin, visíveis por meio do formato (anúncios, folhetins, notas breves) e do estilo discursivo (valorização de tudo que fosse “moderno”) predominantes nos jornais de maior circulação em Juiz de Fora nas últimas décadas do séc. XIX e ainda nas iniciais do século XX.

Um olhar atento sobre as matérias desses jornais demonstra que eles representavam eficazes instrumentos observadores e controladores de tudo o que acontecia na cidade, tornando público, diariamente, todos os fatos ocorridos que viessem a violar quaisquer determinações previstas nas leis municipais e que, porventura, ameaçassem a “tranqüilidade urbana”. Expressavam uma constante tensão entre o ideal e a realidade, entre as expectativas civilizatórias e as contradições entre as classes urbanas já presentes. As notícias publicadas, involuntariamente, acabavam por registrar historicamente os conflitos e incoerências da sociedade que se transformava sob a pressão dos valores capitalistas, e que, mesmo em choque com a tradição rural e escravista, na prática, predominantes, queria se tornar “moderna”, “cultura” e “saudável”, o mais rápido possível e a qualquer custo.

Os principais jornais da cidade assumem os propósitos tanto de atuarem como formadores de opinião, como o de servirem aos ideais das classes que se beneficiavam do crescimento da cidade, promovendo, ao longo dos anos, um exercício diário de seleção do

que era “certo” ou “errado”, e dos que eram “civilizados” ou “atrasados”, ajudando a construir a imagem de Juiz de Fora como “modelo” de prosperidade e bem viver:

“A imprensa é a mais poderosa arma de combate nas lides do pensamento; sem ella jamais se formariam as fortes correntes da opinião em prol dos grandes ideaes. [...] Diz-se que o jornal é o livro do povo, e em verdade assim é porque é a página que diariamente se lhe offerece para seu ensinamento. Ahi tudo elle encontra. Ao lado das notícias que a sua curiosidade busca, se lhe deparam preceitos de doutrina política e social, de moral e de religião, em que sem se aperceber, vae colhendo proveitosas lições...”²

Destacaremos a seguir exemplos de notícias, crônicas e anúncios, que nos permitem perceber o teor das principais inquietações da sociedade nos anos que delimitavam a passagem do século XIX para o XX. Selecionamos essas informações com base em três aspectos que identificamos como panos de fundo predominantes, os quais, na verdade, estão completamente interligados.

Primeiramente, destacamos o incômodo proporcionado por todos aqueles que eram considerados marginais. A supervalorização do trabalho e a adoção de normas disciplinadoras, que se originam da necessidade de racionalizar a produção com o advento do capitalismo na Europa, levam a uma nova concepção de tempo, que se desvincula da natureza. Inicia-se o “tempo de trabalho”, o tempo cronológico, contado artificialmente e os relógios passam a ser colocados em lugares centrais e altos (Igrejas e Prédios Públicos – como nas Estações Ferroviárias) como símbolo de poder (THOMPSON, 1998: 267-304). Sobre esse aspecto, Thompson destaca que as transformações econômicas ocorrem num processo de transição e estão sempre acompanhadas de mudanças de concepção de mundo, e, segundo ele, o conceito de trabalho muda mais rápido que o de tempo, que varia de acordo com a sociedade em que ele é visto, com ritmos diferentes, gerando conflitos e estratégias de resistências nesta mesma sociedade. O discurso de valorização do trabalho está diuturnamente nos jornais, como, por exemplo:

*“Crescendo e desenvolvendo-se nas alegrias santas do **trabalho**, Juiz de Fora é a terra encantada de Minas Geraes, onde todas as iniciativas se incrementam, onde todas as energias se concentram para o bem, onde tudo progride e se expande, onde há um povo que se compenetra de que o homem deve começar pelo **trabalho** e acabar pela prosperidade.”³*

Do mundo que não era o do trabalho, da disciplina e, conseqüentemente, do progresso, eram excluídos todos aqueles que não se adaptavam, não encontravam espaço ou

² Jornal “**Diário Mercantil**”, P.1, colunas 3 e 4, Juiz de Fora, 04 de abril de 1913.

³ Jornal “**Diário Mercantil**”, Ano II, nº 371 – P. 1, colunas 1 e 2, Juiz de Fora, 06 de abril de 1913.

resistiam a se integrar na nova ordem, compondo um vasto universo de “sobras da modernidade” ou “indesejáveis”, num contexto onde surgiu e se afirmou o discurso anti-estrangeiros, então responsabilizados por grande parte da desordem urbana, que, juntamente com a noção de repulsa e expulsão como instrumentos de controle social, se transformam em marcos da Primeira República. (MENEZES, 1996). Foram alvos de intensa repressão por parte das autoridades, sob a vigilância constante da imprensa, os imigrantes, as prostitutas, os ciganos, os mendigos, os “ociosos válidos”, enfim, todos aqueles que teimavam em desestabilizar a pretensa e ilusória harmonia sonhada por tantos. Era o universo da “*vagabundagem*”, tema praticamente diário dos jornais.

Um segundo aspecto a ser destacado, é o da “*Salubridade Urbana*”, da Higienização, objeto predominante na legislação do período, sendo que as ações visando equilibrar o crescimento com a possibilidade de se viver e conviver com saúde, eram também assunto diário nos jornais. Pautadas nos avanços científicos e na valorização da medicina, atormentadas pelas doenças infecto-contagiosas que se proliferavam mais rapidamente com as aglomerações urbanas, as autoridades visavam também isolar e destruir todos os possíveis focos de transmissão de enfermidades. São inúmeros os exemplos que poderíamos citar, mas escolhemos uma matéria intitulada “*Esterilização Humana*”, defendendo este procedimento, publicada no Diário Mercantil, no ano de 1912, considerando que a mesma resume todas as adversidades temidas num só artigo:

“De vez em quando os médicos e sociólogos reclamam uma reforma das leis do matrimônio para o fim de tomar providências mais acertadas com relação à saúde dos que estão para nascer. É sabido que muitas doenças constitucionais graves se transmitem por *descendência*: trata-se pois de proibir os casamentos dos tuberculosos incuráveis e dos syfiliticos imperfeitamente curados, pelas mesmas razões por que se proíbe os matrimônios dos loucos.

A simples proibição de casamento, observa o Dr. Krut Von Sury, [...] não basta para conseguir esse fim. É necessário collocar os individuos doentes e perigosos para a sociedade na absoluta impossibilidade de procrear. É portanto necessário recorrer à assim chamada esterilização humana, que consiste numa operação cirúrgica que priva definitivamente o homem ou a mulher de procrear, deixando porém intacta a potencialidade sexual mecânica e sensitiva.

O Dr. Sury aprova o caso da esterilização especialmente em dous casos: para os tuberculosos e para os doentes mentaes, e propõe o seguinte tratamento: Deve proibir-se por meio de uma lei o matrimônio de tuberculosos que espectoram bacillos. Quando uma pessoa casada por atacada de tuberculose, e um tratamento de um pouco de mezes não fazer desaparecer os bacillos, o médico, não tendo a certeza de que os cônjuges, por meios preventivos evitem a proliferação, têm o dever de aconselhar ao doente a esterilização.

No que diz respeito aos doentes mentaes, o seu número cresce de anno para anno, de um modo tão assustador que as casas de saúde se acham absolutamente atulhadas e vêem-se na obrigação de recusar a entrada de muitos doentes e até de despedir alguns que deveriam lá permanecer.

Para impedir a reprodução desses indivíduos anormais, - e especialmente a dos epiléticos, dos imbecis, dos paralyticos e dos alcoólicos crônicos – não existe meio eficaz senão o da esterilização. Quando se tiverem submetido a essa operação, e não sejam por qualquer outro motivo perigosos para a sociedade, podem ser postos em liberdade e ganhar a vida por meio do trabalho.

Além da esterilização dos doentes, deve também praticar-se a esterilização dos delinquentes, único meio de se prevenir esse formidável exército do crime e dos entes degenerados que o alimentam.

A esterilização dos delinquentes já se pratica na América do Norte, nos estados da Califórnia, Connecticut, Oregon, Utah, Indiana; neste último estado foram esterilizadas cerca de 800 pessoas no ano de 1899.

O articulista aprova também esta esterilização, limitando-a porém, unicamente aos reincidentes que praticarem crimes contra os bons costumes, aos delinquentes habituaes e às mulheres de má nota. Com relação aos segundos, o Dr. Sury aconselha até a ablação dos órgãos.”⁴

Além da vigilância aos “indesejáveis”, da constante preocupação com a implantação e controle das políticas de saúde pública, também encontramos o choque entre os hábitos e costumes de uma população que, predominantemente, nascida e crescida no campo, junto às fazendas de café, lutava para se adaptar aos novos espaços e formas de convivência na cidade. em constante transformação:

“Juiz de Fora progride. [...]

Agora, é preciso que acompanhem também, pari passu as iniciativas de real interesse para o povo, taes como as que lhe facilitem commodidade nas ruas e o livrem de certos inconvenientes perturbadores do livre trânsito.

Há um mau vezo, infelizmente muito arraigado entre nós, de se postarem grupos de cinco, dez, às vezes, mais pessoas nos passeios, embarçando a passagem das famílias, que, quase sempre, devido a esses estafermos, são forçados a andarem pelo meio da rua.[]

São Paulo, que se preza de ser uma cidade culta e adeantada, não consente que se aglomerem pelos passeios grupos de populares e, nesse sentido, votou uma lei que foi recebida com aplausos unânimes pela população.

Porque não se faz o mesmo aqui, onde os estafermos das ruas são legião e constituem um verdadeiro entrave à sociedade?”⁵

Uma análise global das notícias desse período nos permite identificar que todos os assuntos em pauta no contexto local tornam-se secundários em virtude do advento da Primeira Grande Guerra, que passa então a ser destaque absoluto em todos os jornais, com seus boletins diários marcados por espanto e incertezas, que deixam transparecer o endurecimento, ano a ano, do clima de entusiasmo e confiança no universo do progresso e modernização que haviam predominado nas décadas anteriores. Era, no Brasil e em todo o mundo, o fim do sonho da *Belle Époque*, trazendo à tona a fragilidade e as contradições que se forjaram sob o pano de fundo da utopia do mundo civilizado e do avanço tecnológico,

⁴ Jornal “**Diário Mercantil**” – Ano I – nº 40 – P. 2 – Colunas 1 e 2. Juiz de Fora, 10 de março de 1912.

⁵ Jornal “**Diário Mercantil**” – Ano I – nº. 103 – p. 1 – coluna 2. Juiz de Fora, 23 de maio de 1912.

abalando a confiança da sociedade de que tudo caminhava para o predomínio da ordem, da supremacia científica e do desenvolvimento econômico ilimitado.

Na nossa aspirante à cidade modelo, o clima de desencanto e inquietação não era diferente e as contradições sociais, antes atribuídas predominantemente à opção dos “vadios” e não raras vezes ao despreparo e displicência das forças policiais, começam a ser tratadas de maneira diferente. Verifiquemos primeiro o tom das matérias, as preocupações e os discursos que permeavam alguns anos antes, em 1912, na maioria das matérias em um dos jornais mais importantes da cidade:

“Um homem sem dinheiro é um corpo sem alma, um morto ambulante, um espectro que mete medo. O seu andar é triste e sua conversação fria e narcótica. Se quer visitar alguém, nunca o acha em casa, e quando abre a boca para falar, é interrompido a cada instante, a fim de que não possa terminar um discurso, que se teme acabe por pedir algum dinheiro. Foge-se dele como de um empestado, e é sempre considerado como um peso inútil sobre a terra. Se tem talento, não o pode desenvolver. E se não o tem é sempre olhado como um terrível monstro bípede, que a natureza produziu quando estava de mau humor.”⁶

Bem diferente torna-se o discurso posterior, que trata mais especificamente da questão do trabalho:

“Os “sem trabalho” em Juiz de Fora constituem já um número elevadíssimo. Rostos macilentos, a physionomia triste dos vencidos, andar trôpego, nós os encontramos por ahi, às dezenas, em todas as ruas, em todos os beccos, não mais a procura de collocação, que de tal já estão desilludidos, mas, implorando alguma cousa que comer, uma côdea de pão dada de má vontade, ou estirados pelos bancos das praças, sobre a calçada, na relva dos gramados, os membros lassos, a razão enferma. E a cohorte imensa dos sem tecto, sem família, sem dinheiro, sem felicidade... são a figura esquelética da desgraça, da tortura, do martírio, a perambular pelas ruas. Tornados inúteis pelas forças das circunstâncias, o braço possante caído, esses homens constituem já em nossa cidade, uma visão triste do destino amargo, um quadro cruel das vicissitudes da vida. E quando, a noite, pela “urbs” cae a luz doce das estrellas, e o somno tranquillo dos felizes paira pelos lares ditosos, na praça pública, immersos em sua desgraça, abatidos, esmagados pelo infortúnio, os “sem trabalho” gemem sua miséria e sua dor. São os contrastes amargos da existência...”⁷

O tom de desencanto, porém, não significa um afrouxamento na vigilância e na repressão, nem por parte das autoridades policiais, legislação ou da imprensa. Em 1914, as notícias sobre a Guerra tomaram conta dos editoriais, mas os conflitos urbanos também parecem ter se acirrado. Nesse mesmo ano foi criada a tão Guarda Municipal na cidade, que veio engrossar uma série de campanhas acompanhadas diariamente pelos jornais, e, as

⁶ Jornal “**Diário Mercantil**” – Ano I – n.º. 103 – p. 1 – coluna 2. Juiz de Fora, 23 de maio de 1912.

⁷ Jornal “**Diário Mercantil**” – Ano IV – n.º. 938 – p. 1 – coluna 5. Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1915.

medidas parecem tornar-se mais efetivas, marcadas por profunda intolerância às formas de convivência na cidade.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. IN: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** (Obras Escolhidas 3). São Paulo, Brasiliense, 1989.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres – A *belle-époque* mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

GOODWIN JR. James Willian. A **“Princesa de Minas”**: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888. Dissertação de Mestrado: Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

PIRES, Anderson. Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1930. IN: **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora: 1997, vol. 3, nº 2, p.145.

THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial. IN: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.